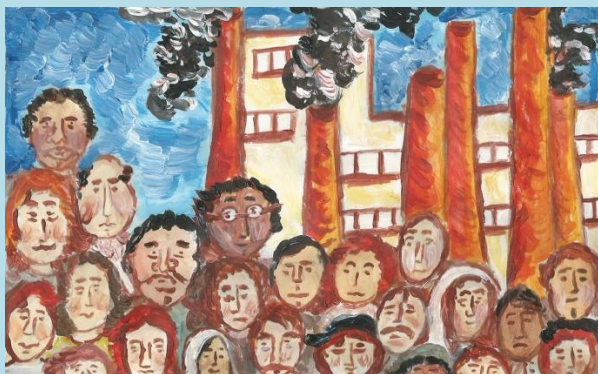


GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

Rosanna Barros

MEDIAR ENTRE REGULAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

**perspetiva crítica sobre os princípios e valores
da cidadania social**



Cadernos do GREI n.º 7

NOVEMBRO 2013

MEDIAR ENTRE REGULAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

**perspetiva crítica sobre os princípios e valores
da cidadania social**

ÍNDICE

Introdução.....	3
1. Mediar entre regulação e emancipação: o estado.....	4
2. Mediar entre regulação e emancipação: a sociedade civil.....	6
3. Significados políticos da organização social: uma luta ideológica	7
4. Mediação política: uma questão de valores, princípios e cidadania social.....	10
5. Refletir para desestabilizar, intervir para reconstruir.....	14
Reflexões finais.....	15
Bibliografia.....	18



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

FICHA TÉCNICA

Título: Cadernos do GREI

Edição de: GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

*Urb. Vale da Amoreira, lote 5- 4.º dt.º
8005-334 FARO*

grei.grupo@gmail.com www.grei.pt

Capa: adaptada por Maria Xavier de "Operários" de Tarsila do Amaral

Coordenação editorial: Carlos Marques Simões

Data: dezembro de 2013

Publicação de difusão restrita

O mais importante problema em política é encontrar o meio de impedir que os que não participam no governo se tornem vítimas dos que governam.

Paul d'Holbach *in Systême social* (1773)

(...) A atividade experimental é o primeiro modelo de mediação dialética entre o homem e a natureza, a célula histórica elementar por meio da qual o homem, pondo-se em relação com a natureza (...), a conhece e domina.

Antonio Gramsci *in Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* (1948)

Resumo:

Neste texto, aborda-se a mediação política, tomando o Estado e a sociedade civil como referentes teóricos. Problematisa-se o estado de tipo policêntrico que de mediador no conflito social passa a articulador de consenso entre interesses pluralistas. Considera-se que a educação crítica no trabalho social não pode ignorar as redes e fluxos locais, nacionais e globais, que se combinam em moldes ideológicos contraditórios.

Palavras-chave: estado; sociedade civil; mediação política; cidadania social; regulação; emancipação.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta e discute alguns pontos-chave relacionados com a mediação política. Do ponto de vista conceptual, e de acordo com Reina (2001), há a distinguir entre uma mediação ampla e uma mediação restrita. Assim, enquanto à mediação ampla (aquela que aqui adotamos como racional da reflexão) corresponde qualquer tipo de intervenção macrossocial, que visa sobretudo melhorar o bem-estar coletivo, à mediação estrita atribui-se uma intervenção microssocial específica para agir em conflitos interpessoais e melhorar as relações de convivência. Entendemos ainda, com Bonafé-Schmitt (2009), que a mediação pode ser uma nova forma de ação que privilegia a comunicação e o diálogo e que fornece contributos interessantes para pensar as tensões inerentes à intervenção social como modo de regulação social ou como modo de emancipação social.

O que aqui se apresenta considera, sobretudo, o contexto de emergência de novas formas de atuação do Estado, que no essencial se descentraliza e se despolitiza, adotando uma estratégia já não de mediador no conflito social mas de articulador de consenso entre interesses pluralistas, de fontes fragmentadas e heterogêneas que se integram, progressivamente, numa nova forma de organização política mais vasta que o próprio Estado e que urge compreender.

Nas reflexões aqui aduzidas, de carácter teórico, considera-se existir uma profunda relação dialética entre o denominado terceiro setor

e o Estado com implicações para o trato da questão social. Nessa medida o papel de intervenção/ mediação dos(as) trabalhadores(as) sociais surge como espaço capaz de ser usado, em distintas esferas sociais, para reconstruir uma cidadania social no atual contexto de crises múltiplas.

1. MEDIAR ENTRE REGULAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: O ESTADO

O que está hoje em crise no que diz respeito ao Estado social é o seu papel na promoção das intermediações não mercantis entre cidadãos, que no contexto do Estado-Providência se traduziu na elaboração de políticas fiscais e políticas sociais assentes numa lógica redistributiva.

O maior impacto da reforma contemporânea do Estado faz-se assim sentir sobre a sua anterior qualidade de ator político vocacionado para garantir a produção e manutenção dos principais bens públicos, resultantes do consenso keynesiano, especialmente da legitimidade, da segurança, da identidade cultural e do bem-estar social e económico.

O “*novo modelo de regulação social*” que emerge no horizonte - com contornos de hegemonia cada vez mais neoliberais - pressupõe uma alteração das tradicionais estratégias estatais vigentes no período anterior, de tal modo que se trata de uma regulação social dissimulada como desregulação social.

Ora, a expressão mais clara deste fenómeno político hodierno é a emergência da “*nova matriz de governação*”, que consubstancia uma nova forma política do Estado. Significando que, neste novo marco político, emergem naturalmente novas formas de atuação do Estado, que no essencial se descentraliza e se despolitiza, adotando uma estratégia já não de mediador no conflito social mas de articulador de consenso entre interesses pluralistas, de fontes fragmentadas e heterogêneas, que se integram numa nova forma de organização políti-

ca mais vasta que o Estado, na qual predominam as redes, os fluxos e as organizações que se combinam, interrelacionando na agenda política fatores locais, nacionais e globais.

O Estado policêntrico de hoje, ao mesmo tempo que perde o controlo da regulação social direta, ganha o controlo da “*meta-regulação social*”, ou seja, o seu principal papel relaciona-se crescentemente com a seleção, coordenação, hierarquização e regulação dos agentes não estatais que, por subcontratação política, adquirem concessões de poder estatal, alterando assim quer o âmbito quer a forma do poder de regulação social do Estado (Sousa Santos, 1996; 1998; 1999).

Paradoxalmente, o Estado passa a ser um componente privilegiado de um novo espaço público não estatal, composto por parcerias, cujo papel consiste em assegurar as regras do jogo político entre os diversos interesses setoriais. Ou seja, como refere Monteiro (2004: 55), “*observa-se a passagem de um modelo ‘monocrático’, característico de normas definidas pelo Estado enquanto ator central e hegemónico, para um modelo ‘poliárquico’, no qual os meios de atingir os objetivos definidos pelos textos públicos são estabelecidos no quadro de uma ‘regulação conjunta’ entre distintos atores*”.

Com efeito, o “*partenariado social*” faz parte integrante de um conjunto de espaços sociais híbridos que se formaram como consequência da emergência de uma nova matriz de governação neoliberal, nascida e desenvolvida no contexto político dos Estados pós-keynesianos. Assim se compreende parte do significado político da reemergência, especialmente nos países centrais, do chamado “*terceiro setor*”, na medida em que se trata de um processo político de materialização da sociedade civil, neste caso profundamente associado à resposta à crise do Estado-Providência (Seddon, Billett & Clemans, 2004).

2. MEDIAR ENTRE REGULAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: A SOCIEDADE CIVIL

No nosso entender, o acentuado ressurgimento contemporâneo do terceiro setor (1) ocorre, na realidade, não como um processo político autónomo, consequência, como aconteceu no século XIX, de lutas sociais e políticas que visassem, a partir da década de oitenta, aperfeiçoar a providência estatal substituindo-a por novas formas ainda mais desenvolvidas em termos de cooperação, solidariedade e participação, ou seja, norteadas por vetores tradicionalmente associados ao princípio da comunidade, mas pelo contrário, ressurgem como estrutura funcional ao projeto neoliberal que visa alcançar a retração das políticas sociais progressistas, típicas do anterior modelo providencial do Estado de bem-estar.

Ou seja, defendemos que um dos principais significados políticos deste fenómeno relaciona-se, substantivamente, com o facto de ser a meta-regulação estatal operada sobre a atuação destes parceiros ou novos agentes não estatais, a “*sociedade civil tercerizada*”, que permite obter eficazmente um amortecimento notável das potenciais tensões e conflitos sociais previsíveis, embora latentes, na nova agenda política neoliberal. Uma agenda que pretende fomentar um ataque deliberado aos direitos humanos de terceira geração, conquistados no período anterior (Caride, 2005; Caride *et al.*, 2009), paradoxalmente em boa medida pela atuação de uma sociedade civil, na altura fermentada por movimentos sociais diversos, sendo eles próprios, como lembra Jarvis (1998), um produto da modernidade.

(1) A “*sociedade civil*” conhece atualmente diversas designações, podendo-se mencionar por exemplo: economia social; economia solidária; setor voluntário; organizações não-governamentais; organizações *quasi-não* governamentais, também designadas “*quangos*”; empreendedorismo social; e “*terceiro setor*”, sendo esta última a designação mais abrangente e etérea; isto para referir apenas algumas de entre as múltiplas terminologias de uso corrente.

Neste sentido, partindo de uma perspetiva crítica é possível, então, pensar alternativamente neste fenómeno político de ressurgimento do terceiro setor, não como uma expansão do papel da sociedade civil mas como uma verdadeira cooptação política da tradicional função de contraciclo do terceiro setor, processada no âmbito de um novo tipo de regulação social, agora largamente norteados por princípios e valores neoliberais (Barros, 2011a; Canário, 2007; Lima e Afonso, 2006; Sousa Santos, 1999).

3. SIGNIFICADOS POLÍTICOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL: UMA LUTA IDEOLÓGICA

Se atendermos a que, em contexto de modernidade tardia, o projeto político da nova direita neoliberal pressupõe uma expressa reconstrução do papel e do significado político atribuídos, historicamente, à sociedade civil, então teremos de admitir que, no horizonte da compreensão da relação hodierna entre Estado Capitalista Democrático e sociedade civil, importará igualmente não desconsiderar, em absoluto, a herança dos vários entendimentos teóricos acerca da própria noção de sociedade civil que é possível identificar ao longo da modernidade ocidental, quando se trata de estruturar o pensamento político tendo por referência pressupostos de carácter ideologicamente fundados.

Assim, o diálogo conceptual estabelecido entre o entendimento liberal clássico de sociedade civil, a sociedade civil de índole marxista e socialista e as construções pós-marxistas, parecem-nos representar três visões que entre si evidenciam o essencial das propostas nesta matéria, motivo pelo qual merecem, de forma sucinta, mais alguns considerandos.

Tendo-se estruturado, de acordo com Murphy (2001), “a partir de um assinalável legado pré-moderno, com origens remotas na Antiguidade clássica quer na noção ciceroniana de ‘societas civilis’ quer no conceito aristotélico de ‘koinonia politike’, a ‘concepção liberal clássica

da sociedade civil’, partindo da ideia matricial dos jusnaturalistas que a distingue da sociedade selvagem ou bárbara do novo mundo, está centrada sobretudo na ideia da pluralidade atomística de interesses económicos privados e setoriais, cuja normalização na ordem social se obtém pela garantia estatal da observância das leis do direito” (Murphy, 2001: 345-360). Trata-se de uma perspetiva adotada hoje pelo discurso do conservadorismo, tornado hegemónico com a globalização neoliberal.

Diferentemente, no âmbito da “*sociedade civil marxista e socialista*”, há a assinalar, segundo Alexander (2001), o diálogo conceptual, profundamente interrelacionado, entre as formulações prévias de Hegel, e o pensamento de Marx e de Gramsci. Destacando-se neste contexto pela sua influência, em particular sobre algumas abordagens mais críticas da sociologia política da educação, o contributo teórico que resultou das reflexões desenvolvidas por António Gramsci, cuja postura política marxista e revolucionária não poderá, como alertam Holst (2002) e Montañó (2002), ser separada da sua perspetiva teórica acerca da noção de sociedade civil que, e ao contrário da perceção avançada por Marx, no pensamento gramsciano está situada na superestrutura da sociedade, e não na sua base, o que permite a Gramsci diferenciar a sociedade civil, quer da sociedade política quer da sociedade económica, não para as isolar em setores atomizados da realidade sociológica mas para melhor pensar a sua relação dialética e o seu papel na transformação social de uma realidade entendida como global ou totalitária, mas não necessariamente totalitarista. Neste marco político-conceptual pode-se assinalar, conforme Jackson (1997), que, de um modo geral, a perspetiva da sociedade civil socialista viria a influenciar a reflexão teórica dissidente na fase final dos regimes socialistas de Estado, na Europa central e do leste, sustentando em boa medida a crítica ao regime político e económico vigente.

Por outro lado, as “*construções pós-marxistas do conceito de sociedade civil*” compreendem múltiplas elaborações em torno dos cha-

mados novos movimentos sociais que, demarcando-se da concepção liberal, assentam, segundo Cohen e Arato (1992), numa nova ideia de sociedade civil pósburguesa e antimaterialista, orientada frequentemente pelos pressupostos do ecologismo e do feminismo, e pelo que usualmente defendem ser a ambição de descolonizar democraticamente a sociedade civil, vista como o lugar do mundo da vida de que fala Habermas (1988), do jugo económico e político a que tem estado sujeita. Trata-se de uma perspectiva que tem vindo a conhecer um crescente protagonismo nas ciências sociais. De assinalar que se considerarmos as clivagens subjacentes aos vários entendimentos ideológico-conceptuais de sociedade civil, que é possível identificar ao longo da modernidade ocidental, então compreender-se-á melhor a razão da centralidade do princípio da seletividade de participação que caracteriza a atual matriz de governação.

De igual modo, se na nossa reflexão tivermos em conta, a par da existência a nível teórico dos vários tipos-ideais de sociedades civis, de que referenciámos os mais relevantes, o facto da própria fronteira entre Estado e sociedade ser eminentemente dinâmica, na medida em que está sujeita às alterações de entendimento ideológico acerca do papel a desempenhar pelo Estado, então teremos que concordar com Youngman quando este afirma que *“o espaço de manobra disponível para a operação das organizações da sociedade civil varia de acordo com a natureza do regime político e as suas relações com o Estado podem ser cooperativas ou conflituosas”* (Youngman, 2000: 202).

Ora, sendo um facto assente que o contexto hodierno é o da expansão de uma ortodoxia transnacional assente no neoliberalismo (Ball, 1990), que domina a agenda política desde o Consenso de Washington, não surpreende que o ressurgimento do terceiro setor a nível mundial, desde as décadas de oitenta e noventa, implique distintos temas de debate - e maior ou menor controvérsia em distintos pontos do sistema mundial - na medida em que são, também, distintos os contextos políticos e sociais no centro, na semiperiferia e na periferia.

As diferenças no sistema significam, por sua vez, diferentes tipos de atuação/mediação para o chamado terceiro setor (Reina, 2001), o que tem expressão num panorama empírico complexo, composto por organizações de características muito diversas, como as que permitem distinguir por exemplo entre: associações mutualistas, associações de solidariedade social, cooperativas de trabalhadores, organizações de voluntariado, organizações de intervenção comunitária e educação popular, associações de desenvolvimento rural e local, ou ainda organizações não-governamentais para o desenvolvimento existentes nos países centrais, cujo papel é decisivo no financiamento e promoção das organizações não-governamentais nos países periféricos e semiperiféricos, as quais têm vindo a proliferar dando azo à construção de várias tipologias para organizar a sua diversidade, como a que pensa as organizações não-governamentais no âmbito da América latina segundo três categorias principais: as paraestatais, as profissionais e as politicamente progressistas (Friedmann, 1996: 157).

4. MEDIAÇÃO POLÍTICA: UMA QUESTÃO DE VALORES, PRINCÍPIOS E CIDADANIA SOCIAL

De acordo com Sousa Santos (1999), no exame desta realidade é possível identificar, analiticamente, quatro eixos de debate principais que espelham temas significativos da discussão em torno do terceiro setor, e que se traduzem nos seguintes pontos: o problema da localização estrutural do terceiro setor; o da sua organização interna; o das redes estabelecidas; e o das suas relações com o Estado.

Sinteticamente, trata-se no primeiro caso, da questão de estabelecer os termos da nebulosa distinção, e estipulação regrada de limites de atuação/mediação política, entre o público e o privado, um tema atual e central do debate, com fortes repercussões na salvaguarda da qualidade democrática da estruturação da esfera pública, particularmente importante sobretudo para as classes médias baixas e

para os excluídos e marginalizados, ou seja, para os grupos sociais tendencialmente abrangidos pelas ações das organizações do terceiro setor. Observando-se que o preço da nova lógica hegemónica do partenariado social tem significado reiteradamente uma perda de autonomia que, como salienta Lenkowsky (1996: 90), descaracteriza os valores sociais da esfera pública na medida em que *“para prevenir o défice financeiro, as organizações têm moldado frequentemente as suas atividades para ir ao encontro das prioridades dos programas de financiamento do governo, em vez de se guiarem pelo seu próprio sentido do que vale mais a pena fazer”*.

Por seu turno, a questão da organização interna do terceiro setor, e portanto o seu nível de transparência e de responsabilização, tem vindo a merecer uma crescente atenção crítica, sobretudo porque se as exigências de democracia e equidade não forem atendidas na fórmula política de operacionalizar a atuação/mediação do terceiro setor, este pode, facilmente, transformar-se numa forma de autoritarismo descentralizado (Dupoirier, 2007). Ou seja, quando o terceiro setor atua aderindo preferencialmente à lógica da eficiência observa-se que os seus membros e beneficiários se transformam rapidamente em clientes e consumidores, agravando velhos problemas e gerando novos no tratamento da questão social, tal como alerta Jackson referindo-se ao modo de funcionamento das *“quangos”* britânicas quando afirma que se tem *“verificado no Reino Unido, a emergência de um novo estatuto de semi-cidadão, ocupado por aqueles com pouco poder no mercado, e de pouca procura nos processos democráticos obscuros”* (Jackson, 1997: 53).

Já no que diz respeito à possibilidade de construção de redes de atuação/mediação política conjunta, nacionais ou globais, no âmbito do terceiro setor, o debate gira em torno do tipo de relações preferenciais estabelecidas entre as várias organizações que, tendo naturalmente em comum o procurar compatibilizar a vocação universalista com a prática particularista, podem, não obstante, traçar rumos de intervenção social inscritos em perspetivas contraditórias, postos ao serviço de estratégias

políticas de carácter muito diverso. Dito de outro modo, este nível da discussão, desde que criticamente conduzido, tem-se preocupado principalmente em questionar o propósito, explícito e implícito, e o impacto, direto e indireto, da crescente atuação em rede, voluntária ou induzida, do terceiro setor.

De referir também os esforços desenvolvidos para problematizar, nos termos do que Sousa Santos (2000; 2005) chamou uma ‘sociologia das ausências’, a razão oculta da correlacionada prática de ressemantização plurisignificativa de conceitos críticos (Barros, 2011b), presente na construção retórica do discurso neoliberal hegemónico que, quando se refere à relação entre Estado e sociedade, apresenta usualmente a sociedade civil, via terceiro setor, sobretudo como esfera autónoma de atuação dos cidadãos. Isto quando, na verdade, da radical fragmentação do social, do político e do económico, resulta uma perda de visão da totalidade do real que dissimula que a operacionalização hodierna do terceiro setor está profundamente relacionada, a nível nacional, com a nova matriz de governação neoliberal e, a nível internacional, com os processos de globalização neoliberal resultante do GATT (2) e do AMI (3) (Hall, 2000; Kothari, 1996).

Ora, esta tensão de fundo, nem sempre devidamente considerada nas análises acerca da construção de redes do terceiro setor, significa que, paradoxalmente, tanto pode contribuir para transformar o terceiro setor num instrumento favorável ao capitalismo selvagem, como numa força de combate e resistência contra esse mesmo capitalismo. Trata-se de uma tensão fundamental que traduz também, de forma inegável, a potencialidade presente no paradoxo, na medida em que, como afirma Sousa Santos (1996: 111), a reemergência da sociedade civil tem sem dúvida *“um núcleo genuíno que se traduz na reafirmação dos valores do auto-governo, da expansão da subjetividade, do comunitarismo e da organização autónoma dos interesses e dos modos de vida. Mas esse*

(2) GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.

(3) AMI – Acordo Multilateral sobre Investimento.

núcleo tende a ser omitido no discurso dominante ou apenas subscrito na medida em que corresponde às exigências do novo autoritarismo”.

Estas linhas temáticas enformam, por sua vez, um último eixo essencial do debate crítico acerca do terceiro setor, no qual inscrevemos e ao qual referenciamos a nossa abordagem, que problematiza o papel e o sentido da participação, como vimos seletiva, do terceiro setor na reforma do Estado. Nesta matéria é imprescindível começar por reconhecer que existe uma profunda relação dialética entre o terceiro setor e o Estado, o que, desde logo, permite pensar em formas alternativas de interpretar esta relação, com base no pressuposto de que existem dialeticamente distintas possibilidades e formas de interceção. Assim, a reflexão crítica acerca do significado político do ressurgimento do terceiro setor implica forçosamente atender aos distintos usos políticos da sociedade civil, bem como aos riscos no trato da *“questão social”* que lhe estão associados, sobretudo se tivermos presente que o Estado é hoje uma estrutura simultaneamente presente e ausente no horizonte das problemáticas afetas à luta democrática de classes no quadro da governação.

Com efeito, através do discurso unidirecional dominante de carácter acrítico e celebratório sobre o terceiro setor, embutido no *‘pensamento único’* a que se refere Antunes (2001) obtém-se, eficazmente, o *‘consentimento sem concordância’*, de que fala Chomsky (2000), útil para legitimar o radical reajustamento estrutural das funções sociais do Estado, que se tem vindo a processar sem grandes sobressaltos e nos termos de uma nova direita neoliberal. Quer isto dizer que a reforma neoliberal do Estado, participada ativamente pela *“mão direita do terceiro setor”*, segundo Montañó (2002), ou pela *“sociedade civil liberal”*, segundo Sousa Santos (2005), vai num sentido que aponta firmemente para que *“o intervencionismo social, ‘interclassista, típico do Estado-Providência, seja parcialmente substituído por um intervencionismo bicéfalo, mais autoritário face ao operariado e a certos sectores das classes médias (...) e mais diligente*

no atendimento das exigências macroeconómicas da acumulação de capital” (Sousa Santos, 1996: 110).

Trata-se portanto de um fenómeno político-social intimamente relacionado com a reestruturação do capitalismo que, segundo a perspectiva crítica de Montañó, beneficia ao ser centrado e associado discursivamente, em termos genéricos, às inevitáveis novas dinâmicas do terceiro setor, pois assim, este conceito perde o seu real significado e permite escamotear, propiciando uma maior aceitação geral, a *“alteração de um padrão de resposta social à ‘questão social’ (típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele)”* (Montañó, 2002: 185).

5. REFLETIR PARA DESESTABILIZAR INTERVIR PARA RECONSTRUIR

Da consideração simultânea destes quatro eixos de debate principais que espelham, como vimos, temas significativos para uma discussão crítica em torno do papel de mediação política do terceiro setor, resulta patente na nossa opinião que, desde uma ótica historicamente fundamentada, é necessário, atualmente, que as ciências sociais e da educação voltem a contribuir particularmente para desestabilizar e desnaturalizar a leitura celebratória existente, sobre esta matéria, nas narrativas hegemónicas.

Só assim será possível promover a resistência crítica quer à redução discursiva quer à cooptação prática do potencial transformativo inerente aos pressupostos tradicionais do princípio da comunidade, que são de resto pressupostos de emancipação social, ou seja, que implicam fundamentalmente *“uma ação autónoma construída contra o*

Estado capitalista e por referência à ‘questão social’, equacionada como um conflito antagónico entre o capital e o trabalho” (Canário, 2007: 14), isto se quisermos, enquanto intelectuais e educadores(as), trabalhar em prol de uma regulação socialmente mais justa (Barros, 2010a; 2011c; 2012).

A consideração crítica dos recentes processos de redefinição do papel do Estado, em contexto de modernidade tardia, permite perceber o princípio da comunidade como o mais bem colocado para instaurar, nos nossos dias, uma dialética positiva com o pilar da emancipação social, repondo um novo equilíbrio vincutivo entre os pilares da regulação e da emancipação. Para tal, afigura-se-nos imprescindível enfatizar, como linha recorrente do nosso pensamento e argumento, que se admitirmos que hoje a batalha política principal é, de certo modo, a batalha pelos significados dos conceitos nascidos em matrizes de pensamento social, político e ideológico, então será relevante insistir, embora em contraciclo na época em que se celebra o fim declarado das ideologias, na importância da difusão da genealogia e recontextualização crítica dos conceitos em uso (Barros, 2013).

Nos termos do questionamento crítico que este texto propõe (e deixa em aberto) tratar-se-á de indagar, claramente em contramão no campo de uma educação hodierna entendida hegemonicamente nos pressupostos político-pedagógicos de uma aprendizagem ao longo da vida, sobre que tipo de agendas se oculta quando se evoca, nos canais dominantes da tomada de decisão em matéria de políticas educativas, o papel educativo da sociedade civil (Barros, 2010b; Baptista, 2012).

REFLEXÕES FINAIS

Com base no exposto, pode afirmar-se, por conseguinte que, concomitantemente, a ponderação crítica do significado político da reemergência do terceiro setor nos permite concluir que, sob a mesma agenda de reinvenção do Estado se acolhem, essencialmente, duas conceções político-ideológicas diametralmente opostas.

Assim sendo, a atual predominância da retórica neoliberal acerca da reforma hodierna do Estado, coparticipada pela “*mão direita hegemónica do terceiro setor*”, despolitizada, profissionalizada e tecnocraticamente orientada, não deve nos impedir de ver a possibilidade de reforma alternativa, pensada segundo os pressupostos de uma “*mão esquerda contra-hegemónica do terceiro setor*”, bem mais militante e ideologicamente humanista (Barros, 2011a).

Por outras palavras, na relação entre Estado Capitalista Democrático e sociedade civil, ou terceiro setor, figura a par do padrão dominante, que Sousa Santos (1999) denominou “*Estado-empresário*”, o padrão alternativo, que designou como “*Estado-novíssimo-movimento-social*”. Se no primeiro caso, a filosofia política que lhe está associada pressupõe uma articulação favorecida entre o princípio do Estado e o princípio do mercado, sob a égide deste último; no segundo caso, pelo contrário, a filosofia política que lhe está associada propõe uma renovada articulação, nos termos da perspectiva gramsciana, entre o princípio do Estado e o princípio da comunidade, privilegiando-se este último.

Daí decorre que os dois padrões principais, assim identificados como possibilidades para a nova forma de organização política emergente, traduzem os dois sentidos capitais que o papel atual do terceiro setor, enquanto contexto de intervenção por excelência do(a) educador(a) e do(a) trabalhador(a) social, pode assumir na reforma do Estado (Guimarães & Barros, 2011).

No entanto, o padrão emergente, tornado dominante na década de oitenta e noventa, parece-nos traduzir já o essencial dos pressupostos do Estado-empresário, ou seja, do Estado Neoliberal, e correlacionadamente traduz, também, a hegemonia hodierna do papel mediador que o terceiro setor mais tecnocratizado detém.

Não obstante as condições desfavoráveis do momento atual, parece-nos todavia claro partindo do ponto de vista que subscrevemos que, o potencial transformador da tradição de uma educação social e popular crítica e radical, assente na herança da pedagogia freiriana

(Baptista, 2008; Barros & Choti, *no prelo*; Scocuglia, 2006), é mais oportuno do que nunca para conscientizar e canalizar as forças sociais de um terceiro setor, potencialmente insurgente, na direção dos novos esforços a empreender por uma luta que vise a democratização exigente e simultânea do Estado e do terceiro setor cooptado.

A “*praxis*” de um tal terceiro setor, que lute para manter a sua identidade contra-hegemónica e o potencial transformativo e de emancipação social, inerente como vimos aos pressupostos tradicionais do princípio da comunidade em prol de uma regulação socialmente mais justa, necessitará de saber tirar o devido proveito, como recorda Sousa Santos (2005: 21), do facto de que “*a luta capacitadora pelo direito à redistribuição – pelo direito a ter direitos, no dizer de Hannah Arendt (1968: 177) – poderá ter algum êxito, não devido à governação, mas sim apesar dela*”.

Neste sentido, portanto, pensamos que há lugar, também, para que no âmbito das investigações científicas e dos textos daí resultantes, que recusem um estatuto de pretensa neutralidade, se procurem as bases empírico-teóricas para identificar, e eventualmente recusar e denunciar, projetos de fascismo societal, que sub-repticiamente se infiltrem no seio de um terceiro setor que, mesmo quando fundado em pressupostos humanistas, parece encontrar-se hoje num momento de encruzilhada, em estado semi-refém da matriz de governação neoliberal, caracterizada hoje pela pujança avassaladora do princípio do mercado, que põe em perigo todas as interdependências não mercantis da vida em sociedade (Lima, 2012).

Sustentamos que a obstaculizada reconstrução hodierna do terceiro setor crítico como elemento crucial da reivindicação, e reinvenção, da providência social de responsabilidade estatal, entendida como garantia de direitos sociais e educacionais que devem ser vistos como inalienáveis, requer que se invista em sociabilidades alternativas, assentes na redistribuição e na reciprocidade que, como demonstrou Paulo Freire, podem ser dinamizadas a partir do campo da educação social, desde que as suas práticas educativas contribuam para fomen-

tar trajetórias de educação ao longo da vida que conduzam os indivíduos de um “*estado de ignorância*” a um “*estado de saber*”, o que no pensamento de Sousa Santos significa: criar as condições para percorrer o caminho que progride do colonialismo para a solidariedade, e que se institui através de um saber novo, que vai ao encontro dos pressupostos de uma *educação problematizadora*. Este é o convite deixado, assim, por esta pequena reflexão.

BIBLIOGRAFIA

- Alexander, J.C. (2001). The past, present and future prospects of civil society. In A.B. & M. Schemmann (eds.). *Civil society, citizenship and learning* (pp. 15-25). Hamburg: Lit Verlag / Transaction Publishers.
- Antunes, F. (2001). Os locais das escolas profissionais: Novos papéis para o estado e a europeização das políticas educativas. In S. Stoer; L. Cortesão & J.A. Correia (org.). *Transnacionalização da Educação – Da crise da educação à “educação” da crise* (pp. 163-208). Porto: Edições Afrontamento.
- Arendt, H. (1968). : *Between past and future: Eight exercises in political thought*. New York: The Viking Press.
- Ball, S.J. (1990). *Politics and policy making in education – Explorations in policy sociology*. London. Routledge.
- Baptista, I. (2008). Pedagogia social: Uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de ação. *Cadernos de Pedagogia Social*, (2), 7-30.
- Baptista, I. (2012). Bem público, participação cidadã e utopia social. *A Página da Educação*, 99 (2), 65.
- Barros, R. (2010a). Investigar e agir para desafiar o carácter instrumental da «nova EFA» - Pistas para reanimar a educação de adultos como pedagogia de oposição. *Aprender ao Longo da Vida*, 12, 46-49.
- Barros, R. (2010b). Globalização e europeização: Questões teórico-conceituais para debater e investigar a redefinição do mandato para a educação de adultos hodierna. In F. Cruz e J. Cardoso Ribeiro (org.). *Atas do VII Congresso Internacional da Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural: Investigação e Desenvolvimento Sociocultural*. Porto: Associação AGIR/Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. CD-ROM.
- Barros, R. (2011a). *A Criação do reconhecimento de adquiridos experienciais (RVCC) em Portugal - Uma Etnografia Crítica em Educação de Adultos*. Lisboa: Chiado Editora.
- Barros, R. (2011b). *Genealogia dos conceitos em educação de adultos: Da educação permanente à aprendizagem ao longo da Vida – Um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional*. [Prefácio da Doutora Paula Guimarães]. Lisboa: Chiado Editora.
- Barros, R. (2011c). A educação permanente como fonte para repolitizar o debate público sobre educação e formação de adultos. *A Página da Educação*, 192 (2), 110-111.

- Barros, R. (2012). A educação social e permanente de adultos (ESPA) como um quefazer filosófico transformador de situações-limite, *Revista Hacer, Revista Internacional de Filosofia Aplicada*. Espanha: Universidad de Sevilla.
- Barros, R. (2013). Sobre a redução do político ao técnico no campo da educação de adultos. *A Educação Social em Portugal - Boletim Informativo da Associação Promotora da Educação Social*, (3), 21-23.
- Barros, R. & Choti, D. (orgs.). (no prelo). *Abrindo caminhos para uma educação transformadora - Ensaio em educação social, filosofia aplicada e novas tecnologias*. Lisboa: Chiado Editora.
- Bonafé-Schmitt, J.P. (2009). Mediação, conciliação arbitragem: técnicas ou um novo modelo de regulação social. In A. Costa e Silves & M. Moreira (orgs.). *Formação e mediação socioeducativa*. Porto: Areal Editores.
- Canário, R. (2007). A educação e o movimento popular do 25 de Abril. In R. Canário (org.). *Educação popular & movimentos sociais* (pp. 11-36). Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Caride, J.A. (2005). *Las fronteras de la pedagogía social*. Barcelona: Gedisa.
- Caride, J.A. & Peres, A. & Sanjurjo, L. & Ortega, R. & Pose, H. (2009). *Los derechos humanos en la educación y la cultura: del discurso político a las prácticas educativas*. Argentina: Editorial HomoSapiens.
- Chomsky, N. (2000). *O neoliberalismo e a ordem global – Crítica do Lucro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Cohen, J. & Arato, A. (1992). *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press.
- Dupoirier, E. (2007). À descoberta da sociedade civil regional: Os parceiros sociais, agentes das políticas regionais financiadas pela União Europeia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 77, 11-35.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment – Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Guimarães, P. & Barros, R. (2011). Adult educator's identities in transition - Changes within adult education and training policy in Portugal (1999-2005). In AAVV, Book of Proceedings of the Conference: *Research Network "Access, Learning Careers and Identities - Transitions and Identity in Learning and Life" of the European Society for Research on the Education of Adults – ESREA* (pp. 214-229). Aveiro: The University of Warwick / Universidade de Aveiro (UINFOC). E-BOOK.
- Habermas, J. (1988). *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus Ediciones.
- Hall, B. (2000). Global civil society. theorizing a changing world. *Convergence*, 33 (1-2), 10-32.
- Holst, J.D. (2002). *Social movements, civil society, and radical adult education*. USA: Bergin & Garvey.
- Jackson, K. (1997). The state, civil society and the economy. Adult education in Britain. In S. Walters (Ed.). *Globalization, adult education and training – Impacts and issues*. Leicester: Niace.
- Kothari, S. (1996). Rising from the margins. The awakening of civil society in the Third World. *Development*, 3, 11-19.
- Lenkowsky, L. (1996). Philanthropy and the welfare state. In P. Berger; R. Neuhaus & M. Novak (eds.). *To empower people – From state to civil society* (pp. 85-93). Washington: The AEI Press.
- Lima, L.C. & Afonso, A.J. (2006). Políticas públicas, Novos contextos e actores em educação de adultos. In L.C. Lima (org.). *Educação não escolar de adultos – Iniciativas de educação e formação em contexto associativo* (pp. 205-232). Braga: Universidade do Minho.
- Lima, L. (2012). *Aprender para ganhar, conhecer para competir – sobre a subordinação da educação na "sociedade da aprendizagem"*. São Paulo: Cortez Editora.
- Montaño, C. (2002). *Terceiro sector e questão social – Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez Editora.
- Monteiro, A.A. (2004). *Associativismo e novos laços sociais*. Coimbra: Quarteto.
- Murphy, M. (2001). The politics of adult education: State, economy and civil society. *International Journal of Lifelong Education*, 20 (5), 345-360.
- Reina, F.P. (2001). Las mediaciones sociales. Nuevas tendencias en acción social comunitária. *Cuadernos de Trabajo Social*, (14), 71-90.
- Scocuglia, A.C. (2006). *A pedagogia social de Paulo Freire como contraponto da pedagogia globalizada* (Policopiado, Conferência proferida no Congresso Internacional de Pedagogia Social).
- Seddon, T.; Billett, S. & Clemans, A. (2004). Politics of social partnerships: a framework for theorizing. *Journal of Education Policy*, 19, (2), 123-142.
- Sousa Santos, B. (1996). *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa Santos, B. (1998b). *Reinventar a democracia*. Lisboa: Fundação Mário Soares /Gradiva.
- Sousa Santos, B. (1999). A reinvenção solidária e participativa do estado. *Oficina do CES*, 134, 1-51.
- Sousa Santos, B. (2000). *A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa Santos, B. (2005). A crítica da governação neoliberal: O fórum social mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 7-44.
- Youngman, F. (2000). *The political economy of adult education and development*. Leicester: NIACE.

A AUTORA

Rosanna Barros - Professora Adjunta da Universidade do Algarve, integrando atualmente as comissões coordenadoras dos mestrados em Educação Social e Gerontologia Social. Entre 2010 e 2013 foi coordenadora da área científica de Educação Social e diretora do curso de Educação Social. Pertence ao CIEd (Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho) e ao CIEO (Centro de Investigação em Espaço e Organizações da Universidade do Algarve). Os seus principais interesses incluem a educação de adultos, a animação socioeducativa e as políticas de educação. É licenciada em Antropologia Social e Cultural (1998) e mestre em Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social (2002), sob orientação do Prof. Boaventura de Sousa Santos) ambos pela Universidade de Coimbra. Em 2009, doutorou-se em Educação pela Universidade do Minho (sob orientação do Prof. Licínio Lima).

Cadernos do GREI

n.º 1

Carlos Marques Simões

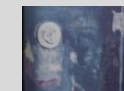
EPISTEMOLOGIA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: uma abordagem no âmbito dos contextos educacionais



n.º 2

Nora Almeida Cavaco

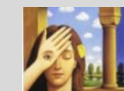
ATITUDES PARENTAIS E RESILIÊNCIA: as práticas educativas e o desenvolvimento psicológico dos adolescentes



n.º 3

Helena Ralha-Simões

O DESENVOLVIMENTO PESSOAL NA SOCIEDADE EMERGENTE: novos olhares em busca de um paradigma



n.º 4

Carla Fonseca Tomás

PSICOLOGIA DA ESPIRITUALIDADE: revisão teórica, conceitos emergentes e principais desafios



n.º 5

António Duarte

ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: o papel da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados



n.º 6

Carlos Marques Simões

SUPERVISÃO OU ACONSELHAMENTO? Contributo para uma perspetiva contextualizada do desenvolvimento do professor



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares

Giordano Bruno

Cadernos do GREI

n.º 7

Rosanna Barros

MEDIAR ENTRE REGULAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: perspectiva crítica sobre princípios e valores da cidadania social



A publicar:

Helena Sousa

FILOSOFIA PARA CRIANÇAS: contributo para a ativação do desenvolvimento psicológico



Helena Ralha-Simões

A CONSTRUÇÃO DA PESSOA RESILIENTE: dos contextos de desenvolvimento à psicologia positiva



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares

Giordano Bruno

Cadernos do GREI n.º 7 – Dezembro 2013